

Sexualidade: perspectiva histórica e significação cultural

Sexuality: historical perspective and cultural significance

Márcia Graminho Fonseca Braz e Barros, Jean Carlos Miranda

Resumo

A sexualidade é algo inerente à espécie humana e, portanto, manifesta-se em todas as fases da vida. Ao longo da história das civilizações, a sexualidade foi marcada por mudanças socioafetivas. O presente trabalho apresenta um breve histórico da sexualidade desde a Pré-História até os dias atuais, apontando características, práticas adotadas e significação cultural diferentes contextos culturais, sociais e religiosos.

Palavras chave: Sexualidade, História, Cultura.

Abstract

Sexuality is something inherent in a human species and therefore manifests itself in all phases of life. Throughout the history of civilizations, sexuality was marked by socio-affective changes. The present work presents a brief history of sexuality from prehistory to the present day, pointed out as characteristics, practices adopted and cultural significance different cultural, social and religious contexts.

Keywords: Sexuality, History, Culture.

Introdução

A sexualidade é parte integrante e inerente à vida humana; está presente em seu cotidiano, desde o seu nascimento até a sua morte. A sexualidade acompanha o homem desde os tempos mais remotos e exerce influência determinante em sua conduta social (NINAUS et al., 2016). Tão importante, é possível afirmar que compõe elemento básico da personalidade do indivíduo, contribuindo para um modo particular de ser, de sentir, de manifestar-se, de comunicar-se, de expressar e de viver o amor (GONÇALVES et al., 2013).

É importante observar que a sexualidade não é apenas um conjunto de atos e reflexos herdados, é também construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e com a cultura, satisfazendo às exigências físicas e psicológicas do indivíduo (BARP, 2008). Estudar a sexualidade e os fenômenos que a envolvem não é uma tarefa simples (DUARTE e CHRISTIANO, 2012), pois compreende um vasto campo que envolve em sua análise diversos fatores sociais e emocionais, que variam de acordo com o ambiente, a cultura, a sociedade e as relações consideradas. Segundo Figueiró (2006, p. 02), a “sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade.

Inclui também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual”.

No que concerne à história da humanidade, a sexualidade foi marcada por mudanças influenciadas de forma intensa por perspectivas, ideias e concepções originadas em diferentes contextos culturais, econômicos, políticos e religiosos (DUARTE e CHRISTIANO, 2012). Desse modo, é fundamental, ao se estudar a sexualidade, fazê-lo de forma integralizada, abrangendo os diferentes contextos históricos e sociais, a fim de que sejam evitados possíveis equívocos decorrentes de um olhar fragmentado e descontextualizado.

Pré-História

O período Paleolítico parece ser o momento histórico em que aparecem os primeiros registros da sexualidade humana, em pinturas e gravuras em paredes de cavernas. Segundo Pereira (2008, p. 05), “a partir da arte rupestre, foram registradas ocorrências de condutas sexuais datadas de mais de 22 mil anos, apontando semelhanças do ato sexual humano com o comportamento dos demais animais” (Figura 1).

Sobre a sexualidade no período Paleolítico, Nunes (1997) explica que nesse modelo primitivo de sociedade havia uma supervalorização da figura feminina, onde sua fertilidade era cultuada, e nesse cenário a sexualidade era concebida e revestida de significação mítica, ganhando *status* de coisa sagrada e divina, a ponto de ser cultuada. As comunidades, portanto, eram comandadas por mulheres e estas exerciam diversas funções que eram vitais para a sobrevivência da comunidade, e justamente por este motivo, este período é denominado matriarcalismo.

Jean Carlos Miranda
jeanmiranda@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense, Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, Brasil.



Figura 1. Pintura rupestre indicando práticas sexuais (Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí/BR). Foto: Carla Wanderley de Moraes.

No período Neolítico, as atividades de caça já não possuíam a mesma importância do período anterior, devido à nova organização social e por fatores como mudanças climáticas e aumento populacional, que contribuíram para o aumento da sedentarização, com a gradativa substituição das atividades de caça e coleta pelas atividades de cultivo e pastoreio, sob a responsabilidade das mulheres (SANTIAGO, 2012). Contudo, com a sedentarização do gênero masculino, que já não mais necessitava sair para caçar, originou-se uma nova organização social e política. Verifica-se também que nesse período surgiram as primeiras formas de religião e de poder patriarcal, com o homem exercendo a função de líder dominante, de pai e de chefe (NUNES, 1997).

Santiago (2012) aponta que nesse período começaram a surgir distinções entre as sociedades, com a inversão dos papéis de poder concebidos até o presente momento, com o homem passando a exercer uma função controladora, levando a figura da mulher a uma posição de semiescravidão cultural. Essa mudança nos papéis sociais teve reflexo, por exemplo, na representação dos deuses pelo gênero masculino, bem como na criação de leis e na organização militar como privilégios dos homens. Em contrapartida, a autora afirma que as sociedades indígenas da América, da África e da Oceania ainda mantêm-se organizadas no sistema matriarcal.

Antiguidade

Segundo Duarte e Christiano (2012), a constituição do povo Hebreu representa bem como a sexualidade passou a ser interpretada sob uma nova óptica.

Os hebreus destinavam o sexo à procriação dos filhos, que era uma tarefa destinada por Deus. Feliz o homem cuja família era numerosa. Era sábio ter filhos, logo, a relação sexual tornava-se bem vista. O aborto era crime, pois evitando-se que um filho homem fosse trazido ao mundo, estaria sendo negado ao pai, o direito de sobreviver através do filho (SPITZNER, 2005, p. 21).

Para o povo hebreu, a constituição da linhagem familiar era algo de extrema importância, haja vista que era através dela que se garantiria a perpetuação do povo. Spitzner (2005) ainda explica que para os hebreus o sêmen compreende a fonte da vida e do próprio homem. Nesse cenário, a mulher, como não possui sêmen, era entendida apenas como um vaso destinado a receber o sêmen do homem. Essa perspectiva explica o motivo pela qual a homossexualidade e a masturbação eram condenadas entre os homens dessa sociedade, uma vez que se tratava de um desperdício de sêmen e também de um desagrado a Deus. No entanto, quanto às mulheres, algumas práticas eram toleradas por essa sociedade, como a prostituição, uma vez que tais mulheres não teriam encontrado outro meio para permanecerem vivas.

Tendo a sociedade se baseado nesses valores, é possível observar uma supervalorização da prole masculina, que em geral era vangloriada, ao passo que a prole feminina era discriminada, pois a concepção dessa sociedade ainda acreditava que filhas constituíam uma fonte de prejuízo para os pais (DUARTE e CHRISTIANO, 2012). Essa ideia era fundamentada no costume deste povo em oferecer altos dotes pagos pelos pais quando suas filhas eram desposadas.

Além do povo hebreu, os gregos também baseavam a sua estrutura social em um forte modelo patriarcal. Segundo Nunes (1987, p. 70), “A sexualidade está em sua cultura misturada com seus deuses, sua religião e seus conhecimentos [...] a sexualidade grega envolvia a submissão da mulher, a exclusividade dos homens nos jogos e nas festas, na vida militar e administrativa”.

Na sociedade grega, a nobreza de espírito, a simetria e a beleza eram atributos considerados indissociáveis, e que tais aspectos deveriam estar integralmente relacionados, de um modo onde um não existe sem o outro, pois na concepção dessa sociedade corpo atraente e simétrico deveria conter um espírito magno (SPITZNER, 2005). Cabe ressaltar que a sociedade grega concebia relações de forma aventureira e amoral, pois considerava possíveis as relações sexuais entre os deuses e também dos deuses com os homens. A sodomia e a pederastia eram práticas comuns.

A pederastia traduzia-se na atração sexual de um adulto por um menino que já passara pela puberdade, mas ainda não atingira a maturidade. Nessa relação, o adulto tornava-se responsável pelo desenvolvimento moral e intelectual do menino tratando-o com delicadeza e afeição. Entre os gregos, a pederastia tornou-se um ramo da educação superior e não era condenada, por não ser considerada um desviante sexual. Os jovens eram alugados por hora ou em uma base contratual e havia uma vasta legislação sobre o relacionamento homem-rapaz. Sólon, no início do Século VI a.C., afirmou que a pena de morte caberia àquele que fosse encontrado sem autorização, com jovens, antes da idade da puberdade. Também declarou ilegal, um escravo ter ligação com um jovem nascido livre e, qualquer homem, teria seus direitos cívicos tolhidos pelo resto da vida, se incentivasse um jovem livre a oferecer seus encantos (SPITZNER, 2005, p. 22).

Santiago (2012) relata que o casamento, na cultura grega, possuía um fim econômico, pois visava proporcionar

prestígio e direitos de propriedade. Foucault (2011) também descreve a figura do marido na sociedade grega, e sobre ele afirma que

Ele próprio, enquanto homem casado, só lhe é proibido contrair outro casamento; nenhuma relação sexual lhe é proibida em consequência do vínculo matrimonial que contraiu; ele pode ter uma ligação, pode frequentar prostitutas, pode ser amante de um rapaz - sem contar os escravos, homens ou mulheres que tem em sua casa, à sua disposição (FOUCAULT, 2011, p. 132).

Foucault (2011) ressalta que mudanças significativas podem ser observadas desde o período Paleolítico, no qual a figura feminina era concebida como algo mítico e divino ao ponto de ter a sua fertilidade cultuada, até o estabelecimento da cultura grega, quando a mulher passou a ocupar uma posição de submissão e tinha a sua sexualidade reprimida, voltada para um caráter religioso e de procriação. O homem, no entanto, passou a ocupar uma posição de honra, com sua sexualidade podendo ser exercida dentro e fora do casamento, sem restrições, tanto com outras mulheres quanto com outros homens. Nunes (1997, p. 71) afirma que “a mulher pertencia ao marido e estava proibida de ter outras relações sexuais, mas o marido era livre e senhor de sua conduta, não havia sanções sociais que o impedissem de ter outras relações heterossexuais ou homossexuais fora da sua casa”.

A situação do homossexualismo¹ que muitas vezes era até uma prática comum, era admitida pela opinião pública, e até mesmo por instituições pedagógicas, militares e religiosas. Era considerado um bom jovem aquele que se dedicava aos prazeres sexuais, tanto quanto com homens como com as mulheres, que logicamente não eram as destinadas ao casamento aristocrático. No entanto, não podemos nos esquecer de que havia uma “sabedoria” entre os gregos, uma ciência sobre o amor, formas de cortejo, amor, sedução, comportamento e assédio. Estão presentes na educação sistemática do homem as virtudes e a honra. Sobre o amor feminino, não havia formas de cortejo, ou outro tipo de sedução, o que há é um relativo silêncio, exclusivo desse sistema que de certa forma cultua a figura masculina (SANTIAGO, 2012, p. 14).

Neste período, a mulher era concebida como um objeto que pertencia ao homem, que sobre ela exercia propriedade (DUARTE e CHRISTIANO, 2012). Dessa forma, a figura feminina não possuía voz nem vez, sendo inteiramente submissa às vontades de seu marido ou pai. Nunes (1997) menciona que as funções atribuídas aos gêneros são definidas conforme a cultura da sociedade na qual o indivíduo se encontra inserido.

Outra forma de organização social em virtude da classificação por gênero, que compreende a sociedade conjugal que, conforme explica Santiago (2012), teve suas origens nos primórdios do primeiro milênio quando a monogamia passou a ser uma prática institucionalizada socialmente. Contudo, a autora ressalta que em todo o mundo existem diversos tipos de relações de convívio social que

variam de acordo com os costumes de cada povo, sendo citado como exemplo o costume indiano do Nahagar, em que uma adolescente se casa no contexto espiritual com um homem logo depois de sua primeira menstruação, sem, no entanto, vir a morar com este. Esta adolescente poderá se relacionar com o homem que desejar, contudo, caso venha a engravidar, os filhos serão atribuídos ao esposo espiritual. Esse ritual tem o objetivo de legitimar os filhos a um único pai.

Idade Média / Idade Moderna

No início da Idade Média, até por volta do Século XVII d. C., a Sexualidade era tratada com certa naturalidade, de modo que era vista sem a malícia no intuito da satisfação, da lascívia, motivo pelo qual o assunto era abordado tão abertamente. Posteriormente, a Igreja lhe conferiu conotação pecaminosa, impura e imoral, fazendo com que seja vista socialmente sob uma nova perspectiva, com malícia e como algo impuro (FOUCAULT, 2011).

Foucault (2011) ainda ressalta que, embora a perspectiva cristã sobre as relações sexuais tenha ganhado mais força a partir do Século VII d. C., desde o Século I d. C. há registros com orientações acerca das relações sexuais. O apóstolo Paulo, em suas Epístolas apontou o celibato sendo superior ao casamento, uma vez que ao estar solteiro, haveria total disponibilidade para a obra de Deus. Ele também condenava práticas como a homossexualidade, o adultério e a prostituição, descrevendo em suas cartas o perfil ideal de homem, de mulher e de filhos.

Duarte e Christiano (2012) relatam que durante a Idade Média, quando a Igreja Católica atingiu o auge do seu poderio, caso uma ou mais pessoas fossem flagradas em ato sexual considerado pecaminoso, tinham as suas partes íntimas queimadas ou eram condenadas ao enforcamento como forma de punição pelo ato praticado. Spitzner (2005) aponta Agostinho como um dos principais responsáveis pela disseminação do conceito do ato sexual como algo repulsivo entre os padres da igreja, afirmando que a culpa de tais práticas não residia em Deus, mas sim em Adão e Eva, por terem cometido o pecado original. Tal teoria fundamentava-se na ideia de que a transgressão cometida por Adão e Eva persistia na humanidade e que sexo e luxúria eram tão vergonhosos da mesma forma que, toda criança dele nascida, nascia em pecado.

Spitzner (2005) ainda comenta que tal teoria posteriormente serviu de fundamento para a estruturação da moral sexual da época, estruturando toda a moral cristã que tornou-se ainda mais rígida e negativa, possuindo esta doutrina argumentos que condenavam severamente a utilização de recursos medicinais contra a concepção, assim como, a interrupção do ato sexual. Nessa perspectiva percebe-se que a única forma de justificar a sexualidade é a procriação e, esses gestos e atitudes vão contra essa natureza. Condena até a continência de relações no período fértil da mulher, pois é “atentar contra o fim natural do sexo” (NUNES, 1997, p.84).

As teorias de Tertuliano no Século III d. C. contribuíram singularmente para a estruturação do pensamento da Igreja

¹ Termo associado à ideia de patologia. No início da década de 1990, a Organização Mundial da Saúde excluiu o termo da Classificação Internacional de Doenças (CID). Atualmente, utiliza-se o termo homossexualidade, considerado um estilo de comportamento.

sobre as práticas sexuais (SANTIAGO, 2012). Para ele, também era proibido à valorização do corpo da mulher e a utilização de artifícios de embelezamento como maquiagem, pintura dos cabelos, entre outros, pois a utilização de tais recursos eram fonte de tentações e inclusive a pintura dos cabelos na cor vermelha compreendia uma antecipação do fogo do inferno.

No Século III d. C., os padres ainda eram casados e a eles também se aplicavam normas rigorosas criadas pela Igreja para estabelecer conduta, e essas normas valorizavam a virgindade e condenavam o prazer (SANTIAGO, 2012). A esse respeito Spitzner (2005, p. 30) esclarece que “o celibato era o símbolo da autoridade moral. Contudo, nessa época, podiam ser aceitos homens casados para ordenação; os solteiros, porém, não podiam casar-se depois de ordenados”. Sobre esse período de transição da Idade Antiga para a Idade Média, quando a igreja passa a assumir praticamente todo o controle da sociedade da época, Nunes (1997) explica que

Dos Séculos VI ao XII faz-se o lento enquadramento dos povos bárbaros nessa moral sexual cristã. A sexualidade não é considerada como uma dimensão positiva, capaz de ser fonte de valores humanos ou religiosos. Cada vez mais avolumam-se os preceitos e dogmas repressores e normatizadores da sexualidade procriativa e matrimonial (NUNES, 1997, p. 84).

Mesmo depois de estabelecida na Idade Média, a Igreja ainda não conseguia exercer pleno controle sobre a sexualidade, pois mesmo diante de tamanha repressão, os mecanismos de controle eram ineficazes sobre a plebe rural e urbana, pois entres estes permaneciam práticas como a linguagem com conotação sexual, que entre outras formas era comumente expressa por piadas (SANTIAGO, 2012). Outras práticas condenadas pela Igreja, mas que permaneciam vivas na sociedade eram a zoofilia, principalmente pelo corpo dos clérigos, os banhos públicos e a nudez.

Ao analisar a questão da homossexualidade nesse período, Spitzner (2005) observa que a mesma era vista pelos padres da época como algo imundo e que representava perigo para o Estado e para a Igreja, pois feria frontalmente a moral cristã. Diante desse cenário, Santiago (2012) comenta que entre os anos de 1545 e 1563 foi realizado o Concílio de Trento, que procurou reforçar entre os religiosos as práticas dos monges beneditinos que proibiam, por exemplo, que dois monges dormissem na mesma cama e previa ainda a existência de iluminação noturna para dificultar que um monge invadisse o quarto de outro.

Após o Concílio de Trento a sexualidade foi fortemente condenada, havia a figura do inferno que incitava muito medo na população, e era pregado como lugar de pecadores e fornicadores, prostitutas e invertidos. Clérigos e freiras pegas em pecado são queimados e enforcados. Mulheres e homens têm suas partes sexuais queimadas. Ao lado do enquadramento ideológico, criam-se mecanismos reais de repressão de toda sexualidade livre (SANTIAGO, 2012, p. 17).

Outra forma de controle da sexualidade utilizada pela Igreja era a confissão que permitia a esta sondar toda

intimidade do indivíduo (SANTIAGO, 2012). Enquanto o pensamento ocidental acerca da sexualidade consubstanciava-se nos ditames impostos pela Igreja Católica que privilegiava o celibato, o Oriente, mais especificamente a China e a Índia viviam realidades diametralmente opostas (SPITZNER, 2005).

Os chineses proclamavam que quanto mais fossem as mulheres com quem um homem mantivesse relações sexuais, maiores seriam os benefícios decorridos do ato. Essa era uma das doutrinas do Tao, o “Caminho”, a “Senda Suprema da Natureza”, uma filosofia que impregnou todo o pensamento e a sociedade chinesa por mais de 2000 anos (SPITZNER, 2005, p. 32).

Segundo Spitzner (2005), essa doutrina pregava que a longevidade, a felicidade e a imortalidade poderiam ser alcançadas através do convívio harmonioso do homem com a natureza. Essa doutrina ainda enfatizava que todos os elementos da natureza se encontram em permanente estado de avanço ou recuo, de expansão ou contração; “não existe ativo sem um passivo correspondente; nenhum positivo sem um negativo compensador” (SPITZNER, 2005, p. 33).

Como havia sido o exercício da mente e da vontade que tinha levado a humanidade a desviar-se da Senda natural, as disciplinas que a levariam de volta a ela teriam que ser, necessariamente, disciplinas do corpo. Uma das mais importantes dessas disciplinas era, sem dúvida, o sexo, cuja relevância tinha fácil explicação, sem necessidade de apelar-se para o simbolismo demasiado obscuro. Pouco esforço de imaginação era requerido para reconhecer-se que o intercuro sexual era o equivalente humano da interação entre as forças cósmicas entre o yin e yang. (TANNAHILL, 1983, p.180)

No que diz respeito à perspectiva dos indianos sobre a sexualidade, Spitzner (2005) afirma que, assim como os chineses, eles interpretavam o sexo como algo sagrado e que deveria ser praticado com certa frequência e de modo consciente para que fosse possível alcançar um estágio supremo de harmonia interna e com a natureza. Apesar de os primeiros manuais sexuais terem sido escritos na China, cerca de mil anos antes de Cristo, o mais conhecido deles é o *Kama Sutra*, escrito pelo indiano Mallanaga Vatsyayana, por volta do Século II d. C. Muito mais do que um livro que ensina diversas posições sexuais, o *Kama Sutra* orienta toda a prática sexual, desde os seus preparativos, os cuidados com o corpo, com o ato sexual em si e com os momentos pós-relação, além de possuir conteúdo de cunho espiritual (SPITZNER, 2005).

Retomando a concepção ocidental, Ariès (1981) relata que na Idade Média, a família existia como realidade vivida, mas ainda não existia com o significado sentimental ou de valor. Nesse período a família servia unicamente como forma institucionalizada e autorizada pela Igreja para que se pudesse realizar a procriação e a transmissão de linhagem, nome e patrimônio. Portanto, a família, nesse período, constituía-se uma autoridade patriarcal, chamada de tradicional, em que os casamentos eram arranjos e constituíam-se num ato negocial que tinha por finalidade a

transmissão de patrimônio e a mulher figurava como um objeto.

A partir do Século XVI, a legislação real se empenhou em reforçar o poder paterno no que concerne ao casamento dos filhos. Enquanto se enfraqueciam os laços da linhagem, a autoridade do marido dentro de casa tornava-se maior e a mulher e os filhos se submetiam a ela mais estritamente (ARIÈS, 1981, p. 214).

Na perspectiva de Ariès (1981), o patriarcalismo compreendeu um produto inconsciente e espontâneo. Desse modo, a família se tornou a célula da sociedade, devido ao seu caráter transmissor de linhagens que era fundamental para a constituição dos Estados, principalmente no que concerne a preservação da linhagem real em um período em que o sistema feudal se encontrava em decadência e surgia uma nova classe social denominada burguesia. O casamento dentro da religião seria uma forma de santificá-lo, bem como espiritualizar a família, mas na realidade legitimava a união. A situação da família na Idade Média pode ser compreendida da seguinte forma:

[...] nesses Séculos XI e XII, na região do Mâconnais, podemos constatar o progresso da indivisão. É dessa época que data a indivisão dos bens dos dois cônjuges, que no Século X, ainda não estavam fundidos numa massa comum, administrada pelo marido: nesse Século, o marido e a mulher geriam cada um seus bens hereditários, compravam e vendiam separadamente, sem que o cônjuge pudesse interferir. (ARIÈS, 1981, p. 212)

No Século XIII d. C., S. Tomás de Aquino e outros teólogos defendiam o casamento fundamentado em dois motivos principais, sendo o primeiro por ser o único método admitido por Deus para a concepção de filhos sem incorrer em um pecado mortal, e a segunda como forma dos homens saciarem os seus impulsos sexuais evitando assim práticas como a zoofilia, homossexualidade, masturbação, incesto, adultério, sedução e fornicação rotineira, que na época eram considerados práticas sexuais anormais (SPITZNER, 2005). Muito embora a doutrina de S. Tomás de Aquino, também condenasse o prazer carnal, para a época representou significativo avanço sobre a forma como a sexualidade era interpretada, haja vista, que o teólogo acreditava que beijos, toques e carícias poderiam ocorrer desde que os mesmos não fossem motivados pela luxúria. Em sua interpretação, a poluição noturna, desde que não advinda de pensamentos lascivos, também não era considerada como um ato pecaminoso (SPITZNER, 2005).

Por volta do Século XIV d. C., o desenvolvimento da família se torna evidente e em consequência disso, a desvalorização da mulher dentro da sociedade conjugal; a mulher é vista como incapaz de administrar seus bens, não lhe é permitido tomar decisões sem consultar o marido e, ainda fica impedida de casar-se novamente mesmo tornando-se viúva ou caso seu marido enlouquecesse (ARIÈS, 1981). Nesse período foi inventada, na Itália, a primeira versão do cinto de castidade, que se tratava de um mecanismo de

proteção contra estupro, e também como uma ferramenta utilizada pelos maridos para assegurarem-se quanto à fidelidade de suas esposas.

No entanto, com ou sem cinto de castidade, os historiadores confirmam que o Século XV foi a era dos bastardos. Nas famílias nobres, os bastardos eram considerados como parte do pessoal da casa, cuidados junto com os filhos legítimos e recebiam pensão e herança quando seus pais faleciam. Entre os camponeses, o adultério era geralmente uma questão de impulso. Nessa época, foram construídos inúmeros “lares de Madalena”, isto é, bordéis comuns, religiosos e seculares. Eram chamados de casas-de-banho ou lupanares. O surgimento dos inúmeros bordéis e de prostitutas provocou a disseminação da sífilis, um dos piores flagelos da sociedade. Nos registros oficiais das igrejas e das cortes, consta que de 1430 a 1550, a porcentagem populacional era de cerca de 130 homens para cada 100 mulheres, sendo isso apontado como a causa determinante do alto número de adultérios ocorridos naquele período. As mulheres públicas, em Roma, chegavam a 7000 aproximadamente, as quais viviam em casas pertencentes aos mosteiros e igrejas e eram vistas constantemente desfilando pelas ruas em companhia de sacerdotes. (SPITZNER, 2005, p. 51)

Duarte e Christiano (2012) explicam que os movimentos de Reforma e de Contrarreforma contribuíram muito para a transição do período medieval para a Idade Moderna. Essas mudanças contribuíram para modificar a forma como a sociedade via as relações sexuais. Nunes (1987, p. 91) menciona que: “O mundo moderno que surge é um mundo profano, crítico, liberal, que elege a razão como nova forma de compreensão do mundo rejeitando a fé e os dogmas medievais”. Partindo dessa premissa, é possível perceber que tais modificações sociais são impulsionadas inicialmente por dois movimentos que defendem o retorno do pensamento científico que fora abandonado no final da Idade Antiga e início da Idade Média, tendo como principais fomentadores os pesquisadores das ciências médicas e os defensores da liberdade sexual. “De diversas formas explodem os movimentos de contestação [...] em todos esses movimentos estava presente a libertação sexual, que era símbolo e matriz de outras liberdades exigidas” (NUNES, 1987, p. 98).

A Renascença Italiana proporcionou um novo alvorecer cultural, influenciando de forma significativa a concepção da sociedade da época sobre os valores sexuais, pois a partir desse período as mulheres passaram a gozar de direitos equiparados aos dos homens. Essa nova perspectiva não modificou apenas a forma como as mulheres eram vistas, mas também mudou o perfil masculino transformando o ideal esculpido na imagem do cavaleiro durante a Idade Média, para o perfil do cavalheiro que compreendia um novo homem de maneiras perfeitas e educadas. Nesse período também foi admitida uma nova perspectiva a respeito da nudez do corpo feminino, mudando-se o antigo dogma de que o corpo era algo sujo, feio e lugar de pecado, para ser interpretado como expressão de beleza e motivo de exaltação. Partindo dessa nova compreensão, a relação sexual passou a receber nova conotação além apenas da procriação. Com a popularização do Protestantismo, a situação da Igreja Católica se tornou

delicada, pois perdera metade da Alemanha, toda a Inglaterra e os países escandinavos. Diante desse cenário, a providência adotada foi o movimento conhecido como Contrarreforma. Sobre esse assunto Cabral (1995, p.126) explica que

[...] é Lutero quem, por primeiro desafia a estrutura sagrada do medievalismo – a Igreja romana, representada pelo papa. E esta por sua vez, sentindo-se ameaçada, promove a Contra-Reforma. Para tal, a Igreja agora identificada como católica reúne forças em seu próprio seio e se reorganiza a partir do Concílio de Trento (1545 a 1564), apresentando ao novo mundo que surgia sua face reformista.

Muito embora a Igreja Católica tenha promovido uma abertura com o movimento de Contrarreforma, o Concílio de Trento veio reforçar sua postura em relação ao rigor sobre a sexualidade, o celibato, sendo também instituída oficialmente a inquisição. O Concílio também serviu para reestabelecer o sacramento do matrimônio inserindo novas regras como a virgindade para o consentimento paterno, além disso, determinou que as pinturas e esculturas do período do Renascimento levavam à luxúria e por tanto deveriam ser condenadas (SPITZNER, 2005).

Tendo o seu poderio reafirmado, a Igreja cuida de fortalecer na consciência da sociedade a cultura da vergonha, onde tudo é proibido, e tanto os católicos quanto os protestantes passam a viver novamente a sombra do pecado, sendo os de ordem sexual os mais temidos. Assim “o corpo é culpado de todos os vícios e pecados restando somente vigiá-lo e puni-lo, reduzindo-o à total submissão. E, para alcançar tal intento, a confissão foi instituída como mecanismo de repressão” (SPITZNER, 2005, p. 54).

[...] quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida, desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo. A partir da Idade Média, a tortura a acompanha como uma sombra, e a sustenta quando ela se esquiva: gêmeos sinistros. Tanto a ternura mais desarmada quanto os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente (FOUCAULT, 2011, p.59).

Foucault (2011) explica que nesse período os avanços tecnológicos proporcionaram as expansões marítimas levando os europeus a descobrirem novos povos e novos costumes, além de uma maior aproximação com o Oriente. Quando chegaram a América pré-colombiana, os espanhóis se depararam com novas civilizações que também já possuíam mais de 2000 anos de desenvolvimento técnico, político e filosófico. Segundo Tannahill (1983, p.314), as civilizações que habitavam a América pré-colombiana possuíam, entre suas práticas, costumes de “canibalismo, sacrifício humano, incesto, abuso de drogas, embriaguez, sodomia, adultério, roubo e assassinato”. Os Maias permitiam a homossexualidade durante a adolescência em detrimento da heterossexualidade, de forma que enquanto um rapaz não atingisse idade suficiente para se casar, seus pais poderiam lhe providenciar um escravo jovem que lhe prestasse a

satisfação sexual (SPITZNER, 2005). Contudo, caso um jovem mantivesse relações com uma jovem solteira este era condenado ao pagamento de uma multa e, se essa jovem ainda fosse virgem deveriam casar-se o mais rápido possível.

Diferente da cultura Maia, a civilização Asteca proibia radicalmente a homossexualidade, sendo punida com pena de morte. Essa lei ainda era reforçada com práticas que englobavam caças aos homossexuais que, ao serem apanhados, eram queimados ou pendurados em troncos até que morressem. Além dessa prática, também era punido o sexo sem finalidade reprodutiva e a prática de aborto era condenada com pena de morte. A sociedade Asteca incentivava o casamento precoce, sendo por volta dos 15 anos para moças e dos 20 anos para rapazes. Também era permitido o divórcio e a poligamia que, em geral era praticada pelas classes mais abastardas da sociedade (SPITZNER, 2005).

Algumas mulheres astecas, que não quisessem se casar, poderiam tornar-se fiandeiras, tecelãs, pintoras, curandeiras, parteiras, cozinheiras ou prostitutas. A mulher pública era bem aceita nas cidades e arrumava-se cuidadosamente “parecendo uma rosa” (rosa de mexicale) ao terminar de aprontar-se. Os homens que frequentavam os bordéis entregavam-se inicialmente à autoflagelação com talos de relva com a finalidade de realizar uma limpeza pessoal e ritual. Em seguida, praticavam “muitas obscenidades e pecados”. (TANNAHILL, 1983, p.332)

Quando os espanhóis encontraram a civilização Inca, observaram alguns vestígios de homossexualidade e sodomia. Contudo, a sodomia já vinha sendo rigorosamente suprimida, aplicando-se a pena de morte para quem os praticasse. A sociedade havia adotado o trabalho árduo e o casamento como pilares da política, sendo inclusive proibido ao homem manter-se solteiro. O casamento deveria ocorrer apenas em idade adulta, o que compreendia de 16 a 20 anos para moças e 18 a 24 anos para rapazes. Essa regra fundamentava-se na ideia de que eles deveriam ter consciência e ser responsáveis pela manutenção do casamento, pois o divórcio era proibido e um novo matrimônio só poderia ser contraído mediante a morte da esposa. Em caso de morte do marido, era comum que o filho mais velho assumisse a responsabilidade quanto à sua mãe viúva (SPITZNER, 2005).

Na América do Sul, como no caso do Brasil, o processo de colonização que contou fortemente com a participação da Igreja Católica, cuidou de instruir os padres para que em suas confissões formulassem perguntas apropriadas a desvendarem os segredos sexuais do povo nativo. Além disso, em seus sermões também eram instruídos a alertarem sobre os perigos do fogo do inferno caso mantivessem relações sexuais com outro homem, menino ou animal (SPITZNER, 2005).

Além das Américas, Spitzner (2005) explica que a expansão marítima europeia também chegou ao Oriente.

Na Índia, existem relatos de que os colonizadores, com o intuito de exercer a predominância de sua cultura, derrubaram templos, destruíram livros sagrados deportaram religiosos e forçaram a população nativa a se converter ao cristianismo. Segundo Spitzner (2005, p. 60), “esta dominação teve início por volta de 1757 e terminou com a independência do país, em 1947”. Por volta do Século XVIII d. C., os jesuítas chegaram a China e, nesse período, encontraram o Confucionismo, que não era considerada propriamente uma religião, mas um código moral que se estreitava, em sua doutrina, com a moral cristã, na qual falar de sexo constituía-se em um ato pecaminoso e a prática do ato sexual possuía uma conotação tanto física quanto religiosa, desde que praticada no quarto de dormir (SPITZNER, 2005).

Muito embora houvesse forte vigilância e rigor sobre as práticas sexuais, sobretudo, por parte da Igreja Católica, diversas patologias venéreas como a sífilis e a gonorreia se alastravam pela Europa. Nesse contexto, verifica-se que no Século XVII d. C., Fallopius, grande anatomista da época desenvolve o condom que viria a ser o primeiro protótipo do preservativo, conhecido atualmente como camisinha, com intuito de conter o processo de contaminação por essas doenças (SPITZNER, 2005).

Constata-se que já no Século XVIII percebeu-se o potencial deste dispositivo como método contraceptivo, passando também a ser utilizado com essa finalidade. Essa opção era consistentemente utilizada por trabalhadores cujo exercício da profissão exigia grande mobilidade e deslocamento, tais como: marinheiros, cavalheiros, mercadores, advogados e caixeiros viajantes. Esses profissionais, além da esposa legítima, comumente mantinham, em outras cidades por onde trabalhavam, amantes com *status* familiar, pois tinham residência fixa e com elas possuíam filhos ilegítimos (SPITZNER, 2005).

Tannahill (1983) ainda explica que a invenção do microscópio permitiu a realização de diversos estudos a respeito dos espermatozoides e dos óvulos, possibilitando a elaboração de diversas novas teorias a respeito do processo de reprodução humana. Contudo, nenhuma destas teorias fora capaz de elucidar questões como a contribuição dos pais para a hereditariedade física e intelectual dos filhos. Após esse período, o estudo mais importante foi o elaborado por Charles Darwin, que revolucionou o conhecimento sobre a origem das espécies.

Idade Contemporânea

Muito embora a ciência avançasse com novas e consistentes descobertas sobre a sexologia, a sociedade do Século XIX persistia em manter o puritanismo, e a burguesia mantinha-se radicalmente apegada a ideia de que a privacidade e a sexualidade devem manter-se restrita no domínio do lar (TANNAHILL, 1983).

A sexualidade é cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo; o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos (FOUCAULT, 2011, p.9).

Na Inglaterra, mais precisamente no período Vitoriano, o progresso científico exerceu influência sobre todas as camadas sociais, impulsionando a busca pelo equilíbrio entre o público e o privado de modo que a família transparecesse uma aparência de solidez e estabilidade (SPITZNER, 2005). Nesse contexto, nasce o ideal da mulher vitoriana como guardiã no lar. Esse perfil de mulher vitoriana compreendia um comportamento suave, submisso e recatado sexualmente. Durante o processo de sua educação, a menina fora totalmente reprimida quanto aos conhecimentos sobre o seu próprio corpo. Para os homens, as regras de etiqueta e bons costumes da época determinavam que as mulheres deveriam ser tratadas com delicadeza e candura. Contudo, tais orientações deixavam os homens constrangidos, pois os mesmos se encontravam despreparados para tal tarefa. Além disso, a figura quase angelical assumida pela esposa dificultava o processo de excitação sexual e aos homens era proibido impor às suas esposas a satisfação de seus desejos sexuais. Assim, tornou-se comum que os homens recorressem a prostitutas para satisfazerem seus impulsos sexuais, o que para alguns chegava a atingir uma conotação de favor ou piedade para com a esposa. Assim, o sexo mecânico e sem qualquer sentimento ganhou força (SPITZNER, 2005). Essa prática estimulou o aumento da prostituição e, por consequência, provocou o aumento na disseminação de doenças venéreas como a sífilis e a blenorragia. Os homens vitorianos eram pouco cuidadosos e, além de se contaminarem, acabavam por transmitir essas patologias para suas esposas e filhos. Como a medicina da época ainda não era capaz de realizar uma intervenção satisfatória, no intuito de curar essas doenças, houve a necessidade de que as autoridades adotassem severas medidas para a contenção de epidemias (SPITZNER, 2005).

Para controlar o aumento das doenças venéreas e isto começou pelo controle das prostitutas, que eram obrigadas a realizar exames médicos periódicos e, como várias não eram registradas em bordéis e exerciam suas atividades na clandestinidade, ficava muito difícil o controle da doença. A partir de 1864, foram assinados vários decretos sobre o controle das doenças venéreas e decretos proibindo a prostituição. Pela primeira vez a polícia fazia um registro das prostitutas e decidia quem deveria estar presente nela. Quem resolvesse se prostituir e receber dinheiro por serviços sexuais era duramente perseguido. O terror vitoriano pela doença venérea fez com que muitos homens procurassem manter relações sexuais com mulheres virgens, pois supunham que eram limpas. Alguns bordéis iam procurar as mulheres nos terminais ferroviários, aonde chegavam inúmeros trens vindo do interior, trazendo-as para procurar emprego como balconistas ou babás. Certos bordéis possuíam médicos que ofereciam certificados de virgindade aos clientes que costumavam pedir (SPITZNER, 2005, p. 70).

Diante desse cenário é possível observar também o aumento da prostituição infantil. Durante a metade do Século XIX d. C. era possível encontrar facilmente meninas na faixa etária de 10 a 12 anos que agiam por contra própria. Havia casos em que esse tipo de prostituição não se limitava apenas às jovens adolescentes, mas também era comum a prática entre senhores da sociedade de adotarem jovens rapazes de classes mais humildes sobre o escopo de amá-los, orientá-los e ajudá-los, mas que também serviam a satisfação de sua lascívia. Frente a essa situação, em 1885 foi editada a Lei de Emenda do Direito Criminal, que previa pena de reclusão para todo aquele que mantivesse relacionamento homossexual ainda que privado ou consentido (SPITZNER, 2005).

Tannahill (1983) explica que depois dessa nova legislação, a próxima mudança significativa na sociedade em relação aos papéis desempenhados por homens e mulheres, se deu com a conquista do direito ao voto, pelas mulheres que, além do voto, lutavam pela igualdade de direitos, paralelamente a outros eventos que impactaram a sociedade, como a Greve Geral na Inglaterra em 1926, o colapso da Bolsa na América em 1929, a Depressão nos anos 30 e a 1ª Guerra Mundial de 1939 a 1945. As mulheres, aos poucos, conquistavam direitos como acessar às universidades, adquirir propriedades, receber a custódia dos filhos em caso de divórcio e a criação de uma legislação voltada para a promoção do bem-estar social e o controle ao licenciamento de bebidas alcoólicas e da prostituição.

A “explosão de bebês”, que durou por mais de dez anos após a guerra, não impediu a insatisfação e a incompatibilidade entre os casais. Apesar das pequenas discussões, das tensões financeiras, dos problemas com os filhos e da rotina, a família da classe média não estava preparada para o divórcio e a admissão do próprio fracasso, por isso as famílias cresciam e mantinham-se juntas por “causa dos filhos”. Sem amor ou com amor, não se questionavam quanto aos danos da obrigatoriedade de viverem juntos até que “a morte os separassem”. Os maridos comumente procuravam a companhia das prostitutas e das amantes enquanto que, as mulheres, mergulhavam nas neuroses (TANNAHILL, 1983, p. 440).

Tannahill (1983) ainda comenta que nesse mesmo período, Freud postulou sua teoria a respeito da Psicanálise humana, iniciando uma nova revolução a respeito de como a sexualidade era interpretada socialmente, pois em seus estudos, encorajava os descontentes a explorarem seus sentimentos íntimos. Para Freud, a sexualidade não se resumia apenas ao instinto sexual ou aos órgãos sexuais propriamente ditos, pois suas pesquisas o levaram a crer que existiam outras formas de se encontrar o prazer, e que estas se iniciavam ainda na infância, isto porque para a criança somente era possível encontrar prazer em seu próprio corpo.

Freud, em seu trabalho intitulado “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” de 1905, trouxe grande contribuição para a compreensão da sexualidade e especificamente sobre a sexualidade infantil, tema até então considerado tabu pela sociedade da época. Neste trabalho Freud descreve as fases da sexualidade e como elas ocorrem. De acordo com as concepções de Freud (1996), há um certo descaso com a sexualidade infantil, a sociedade por um equívoco acredita que não existe a sexualidade na infância, e que ela se inicia no ser humano apenas a partir da puberdade, e esse equívoco traz graves consequências no desenvolvimento da criança (SANTIAGO, 2012, p. 21).

Spitzner (2005) menciona que na década de 1960 surgiu um novo movimento impulsionado pela geração dos adolescentes nascido no período pós-guerra, que rebelou-se contra o modelo social instituído por seus pais, por considerar a sociedade da época monótona e restritiva. Esse movimento, mundialmente conhecido como *hippie*, criou o seu próprio estilo de vida e filosofia e teve como principais características: cabelos longos, roupas baseadas num misticismo oriental, músicas, drogas, o amor livre, o aborto, a homossexualidade, a nudez em público, a paz e o retorno à natureza. Surge o Movimento de Liberação Gay, por meio do qual os homossexuais, até então vistos pela sociedade com desconfiança e interpretados como pessoas portadoras de distúrbios psicossomáticos, iniciaram a luta pelo reconhecimento de igualdade de direitos e de combate à discriminação (SPITZNER, 2005). Frente a esse novo cenário de fragilização do casamento como instituição social, verifica-se em contrapartida o fortalecimento e o aumento do número de uniões socioafetivas de fato, ou como conhecidas atualmente uniões estáveis que, diferentemente do casamento, não se fundamentam mais na transmissão de propriedades, títulos ou status social, mas sim na afetividade.

A partir da década de 1970, a possibilidade do divórcio mudou drasticamente a forma como as pessoas se relacionavam; pesquisas apontam que até o ano de 1965 a média era de um divórcio para cada quatro casamentos, ao passo que no ano de 1977, a média mudou para um divórcio para cada dois casamentos (TANNAHILL, 1983). Outro ponto importante a ser abordado compreende o controle da natalidade que até o presente momento sofria forte interferência da sociedade e em especial da Igreja. Tannahill (1983) explica que a classe médica da época possuía a seguinte perspectiva acerca da anticoncepção.

Uma mulher com quem seu marido pratique o que é chamado de cópula preventiva é, necessariamente, levada à condição mental de uma prostituta. Mesmo assim, as mulheres utilizaram-se de diferentes meios, como o diafragma Mensinga, as injeções de estrogênio, progesterona ou testosterona, o DIU e a pílula anticoncepcional, para evitar uma gravidez imposta pelos “maridos bêbados”. No entanto, foi somente a partir de 1970 que o mundo ocidental passou a aceitar a contracepção como um problema pessoal. (TANNAHILL, 1983, p.444)

Além da popularização do divórcio, o surgimento da

pílula anticoncepcional contribuiu significativamente para a ampliação da liberdade sexual feminina (SPITZNER, 2005). Nessa conjuntura, as mulheres conquistaram a sua independência sexual, o que por sua vez fez com que os homens tivessem que adotar uma nova postura sobre os relacionamentos sexuais.

O homem começou a perder a calma. [...] ele foi batendo em retirada. O sexo casual perdeu muito de sua atração e os pesquisadores do início dos anos 70 descobriram que esse homem estava tendo intercurso com menos frequência, que se voltava mais para a masturbação e desenvolvia gosto pela pornografia, algo que, em meados da década assumia proporções epidêmicas. Uma parte dessa pornografia não passava de superficialidade erótica, mas os filmes proibidos eram destinados – barata, sórdida e sadisticamente – a alimentar o mais profundo ressentimento masculino (em geral reprimido) por sua própria incapacidade, vis-à-vis a imagem popular da mulher liberada (TANNAHILL, 1983, P.459).

O Século XX d. C. é marcado por uma indústria cultural que não se limita mais apenas a venda de artigos como revistas, moda, ou produtos de beleza, mas que atualmente se dedica verdadeiramente a vender um estilo de vida (SPITZNER, 2005). Assim, essa indústria institui códigos de sedução, de bom gosto, de saúde e de exercício da sexualidade. Ela constrói e legitima determinadas identidades sociais e desautoriza outras. Constata-se a forte influência que a mídia e seus produtos passam a exercer sobre o comportamento humano, torna-se notório que no homem pós-moderno surgem novas características comportamentais.

A paulatina implementação da influência dos veículos de comunicação, e dentre eles a televisão, refletem-se nos valores, nos comportamentos, na linguagem, no modo de vestir, nas músicas, nos filmes, nas formas de relacionamento. O acréscimo das descobertas científicas, os métodos anticoncepcionais ao alcance de todos, a indústria do sexo, a pornografia, tudo isso hoje é inegável que acaba transformando algumas concepções mais tradicionais (NUNES, 1997, p. 14).

Assim, neste novo cenário que se instala, a sociedade contemporânea vê-se “invadida” pela propaganda erotizada, que a todo momento busca despertar novas sensações de prazer no consumidor, independentemente de qual seja o produto, sendo o objetivo principal a presença da sensualidade, pois se constitui como elemento principal para alavancar as vendas e consolidar a marca (NUNES, 1997). Nascimento (1999, p.87) afirma que “é impossível escapar a uma uniformização mais abrangente imposta pela indústria cultural. Esta universaliza e coletiviza os sujeitos para atender as exigências do consumo, ultrapassando as fronteiras nacionais e etárias”. Os anúncios veiculados através da mídia passam a apregoar a perfeição das formas corporais impondo regras para o padrão de beleza; “o próprio corpo torna-se um instrumento com propriedades utilitárias e transforma-se num objeto de troca como outra mercadoria qualquer” (SPITZNER, 2005, p. 78).

A massificação cultural cumpre assim um papel de não elevar a consciência da massa, mas, ao contrário, das mais diversas e

ardilosas formas, fragmentar a subjetividade humana para nela introjetar uma objetividade ideológica que retroalmente a própria estrutura dominante. [...] a cultura que aí viceja passa a ser resultante de um pragmatismo em que a utilidade se impõe como a intenção primeira das aspirações e ações humanas. O próprio corpo instrumentaliza-se como propriedade utilitária e se objetiva num processo de troca. A sociedade começa então a caracterizar-se como uma sociedade de objetos: de bens descartáveis, de bens culturais [...] (FABIANO, 1998, p.161).

Ao analisar a cultura social das últimas décadas sobre a sexualidade, Spitzner (2005) aponta que esta passou a ser tratada de forma banal, e que tal fenômeno influencia diretamente o comportamento tanto dos jovens quanto dos adolescentes. Assim, verifica-se que a todo instante a mídia busca oferecer a estes o sexo como a mercadoria mais desejada, amplamente distribuída na internet, no rádio, na televisão, nos livros e revistas.

A produção de mensagens jornalísticas, a tendência ao sensacionalismo, a exploração do extraordinário, factual e contingente como referências para a codificação do enunciado, da titulação, podem conduzir em escala inimaginável a um certo estado de dessensibilização coletiva sobre problemas de ordem social ao invés de estimular a ação consciente. A indústria cultural, com a padronização dos produtos culturais, transnacionalização da imagem, sobretudo com a publicidade, criou a atmosfera espiritual para se pensar o mundo como um “todo articulado”. A combinação de imagem, som, movimento associados aos recursos da eletrônica e da informática permitiram apreensões normatizadas e coletivas de sentidos que, de maneira incisiva, contribuem para a reprodução da ordem social, para a formulação de um imaginário coletivo (COSTA, 1998, p.190).

Assim, diante do exposto, pode-se afirmar que a sociedade contemporânea foi que mais passou (e ainda passa) por mudanças em sua sexualidade, em curto período de tempo, sendo fortemente influenciada pelas ideias veiculadas pela mídia.

Referências

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARP, M.R.T. Sexualidade e educação: o conflito entre o cultural e o biológico na atuação do educador. **Visão Global**, v. 11, n. 2, p. 163-178, 2008.
- CABRAL, J.T. **A sexualidade no mundo ocidental**. São Paulo: Papirus, 1995.
- COSTA, B.C.G. Comunicação mediática no processo de mundialização da cultura. In: ZUIN, A.A.S (Org.). **A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1998.
- DUARTE, V.; CHRISTIANO, A. (2012). **Historia da Sexualidade**. In: XIV Semana da Educação, Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/ensinofundamental/ahistoriadalsexualidade.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2017.
- FABIANO, L.H. Indústria cultural e educação estética: reeducar os sentidos e o gesto histórico. In: ZUIN, A.A.S.

- (Org.) **A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1998.
- FIGUEIRÓ, M.N.D. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, v.7, n. 1, p. 1-21, 2006.
- FOUCALT, M. **História da sexualidade, a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- GONÇALVES, R.C.; FALEIRO, J.H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, Ano 29, v. 5, p. 251-263, 2013.
- NASCIMENTO, A.B. **Quem tem medo da geração shopping? Uma abordagem psicossocial**. Salvador: EDUFBA – Universidade Federal da Bahia, 1999.
- NINAUS, E.B., TOLOMINI, J.M.; RIBAS, L.R.; KRONBAUER, R.; GÜLLING, R.I.C. Sexualidade: uma questão de educação. **Anais do XII Encontro sobre Investigação na Escola**, p.448- 454, 2016.
- NUNES, C.A. **Desvendando a Sexualidade**. Campinas: Papirus, 1997.
- PEREIRA, V.A. Sexualidade infantil e orientação sexual na escola. In: **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. CAPELLINI, V.L.M.F. (Org.). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.
- SANTIAGO, I.M. **Sexualidade e gênero: as práticas educativas na educação infantil**. Monografia. Faculdade Cenecista de Capivari – FACECAP, 45f., 2012.
- SPITZNER, R.H.L. **Sexualidade e adolescência: reflexões acerca da educação sexual na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 162f., 2005.
- TANNAHILL, R. **O sexo na história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1983.